



PODER

Orçamento destina mais de R\$ 50 bilhões para emendas

Recurso para bases eleitorais de deputados e senadores é aprovado na LOA 2025, que terá valor total de R\$ 5,9 trilhões, sendo R\$ 1,7 trilhão só para o refinanciamento da dívida pública. Vale-Gás e Pé-de-Meia têm dotação de R\$ 3,6 bilhões e R\$ 1 bilhão

» ISRAEL MEDEIROS
» RAFAELA GONÇALVES
» MAIARA MARINHO

O Congresso aprovou, com três meses de atraso, a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2025. A votação do Orçamento virou prioridade da Câmara e do Senado depois da aparente trégua com o Supremo Tribunal Federal (STF) no que diz respeito às emendas parlamentares.

Para este ano, o Orçamento total será de R\$ 5,9 trilhões, sendo que R\$ 1,7 trilhão (28,8%) só para o refinanciamento da dívida pública. A manutenção da máquina pública, com despesas correntes e pagamento de pessoal e encargos sociais, soma R\$ 2,9 bilhões (49,2%).

O texto reservou R\$ 50,4 bilhões para as emendas parlamentares este ano, valor 5,6% menor que os R\$ 53 bilhões reservados para 2024. Do total do ano passado, no entanto, foram autorizados R\$ 47,9 bilhões, sendo que R\$ 40 bilhões foram efetivamente pagos, depois dos bloqueios feitos pelo ministro Flávio Dino, do STF, e confirmados pelo plenário da Corte.

Na sessão, o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), ameaçou obstruir a votação para protestar contra o fato de o governo não ter pago todas as emendas aprovadas em 2024.

“Nós somos convocados pelo ilustre presidente do Congresso Nacional, senador Davi Alcolumbre, para votar um orçamento sem que o orçamento do ano anterior seja 100% concluído”, criticou. “Tenho 38 deputados da minha bancada que têm mais de R\$ 5 milhões de emendas impositivas empenhadas e não pagas. Este líder que vos fala tem em torno de R\$ 20 milhões em emendas impositivas e não pagas”, acrescentou. Ele lembrou que o ministro Flávio Dino, do STF, responsável por bloquear as emendas, foi indicado ao cargo pelo governo.

O presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), respondeu ao deputado. Disse entender a preocupação do líder do PL, mas saiu em defesa do Executivo. Ao fim da sessão, elogiou a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann. Ele afirmou que o Palácio do Planalto reconheceu, durante a negociação do Orçamento, a importância das emendas.

“A ministra Gleisi Hoffmann, num debate franco, honesto e verdadeiro, construiu, nos últimos dias, um entendimento maduro e honesto com o Congresso Nacional, mostrando onde o Poder Executivo poderia ceder na construção dessa peça orçamentária, que pudesse privilegiar o Parlamento brasileiro, as obras estruturantes do governo federal, como o PAC, mas reconheceu, a todo instante, a importância de o Parlamento brasileiro participar efetivamente da construção do Orçamento do Brasil”, afirmou Alcolumbre.

Também conforme o presidente do Congresso, “são deputados e deputadas dos rincões deste país de dimensões continentais que sabem o que acontece nos municípios brasileiros, o drama nas cidades e nos estados socorridos, muitas vezes, pelas emendas parlamentares destinadas, muitas vezes, por deputados e senadores”.

O pagamento das emendas segue suspenso apesar de o Congresso ter aprovado um projeto de resolução na semana passada. Isso porque Dino pediu ao

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



O Congresso Nacional aprovou o Orçamento de 2025 com três meses de atraso. Projeto segue agora para a sanção presidencial

Distribuição

Confira como ficou o Orçamento federal para 2025

- Orçamento geral: **R\$ 5,9 trilhões**
- Refinanciamento da dívida pública: **R\$ 1,65 trilhão**
- Despesas correntes e pagamento de pessoal e encargos sociais: **R\$ 2,9 bilhões**
- Meta fiscal: **deficit zero**
- Teto de despesas sujeitas ao arcabouço fiscal de **R\$ 2,2 trilhões**
- Superávit estimado: R\$ 15 bilhões, valor maior do que a previsão inicial do governo, de **R\$ 3,7 bilhões**.

EMENDAS

- Emendas parlamentares: **R\$ 50,4 bilhões**
- Emendas individuais da Câmara dos Deputados: **R\$ 19 bilhões**
- Emendas de bancadas estaduais: **R\$ 14,3 bilhões**
- Emendas de comissão: **R\$ 11,5 bilhões**
- Emendas individuais do Senado: **R\$ 5,5 bilhões**

PRINCIPAIS DESPESAS

- Reajustes do funcionalismo (retroativos): **R\$ 22 bilhões**
- Bolsa Família: **R\$ 160 bilhões**
- Vale-gás: **3,6 bilhões**
- Farmácia Popular: **R\$ 4,2 bilhões**
- Bolsas da Capes: **R\$ 4,2 bilhões**
- Saúde: **R\$ 233 bilhões**
- Educação: **R\$ 167 bilhões**
- Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): **R\$ 60 bilhões**

Fonte: PLN 26/24



A ministra Gleisi Hoffmann, num debate franco, honesto e verdadeiro, construiu, nos últimos dias, um entendimento maduro e honesto com o Congresso Nacional, mostrando onde o Poder Executivo poderia ceder na construção dessa peça orçamentária, que pudesse privilegiar o Parlamento brasileiro”

Davi Alcolumbre (União-AP), presidente do Congresso

governo e ao Parlamento que respondam aos questionamentos sobre o texto aprovado. Na visão de especialistas e de parte dos parlamentares, o projeto permite a continuidade da ocultação das indicações das verbas.

Apesar disso, o relator, senador Angelo Coronel (PSD-BA),

disse que “a transparência e rastreabilidade dos recursos públicos estão no coração desta peça orçamentária”. “O Brasil exige um Orçamento claro, sem margem para distorções. Cada real aprovado será rastreável, garantindo que a sociedade possa acompanhar a destinação dos recursos e



cobrar a boa aplicação do dinheiro público”, sustentou.

Em vitória do governo, o texto contou com uma complementação de voto por parte do relator que ampliou o poder do Executivo sobre o remanejamento de despesas discricionárias — gastos que a União pode ou não executar, dependendo da disponibilidade orçamentária.

A peça orçamentária permite o remanejamento de 30% desses gastos, que anteriormente haviam sido reduzidos a 10%. Além disso, o texto dá maior flexibilidade para o uso de 25% dos recursos destinados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que teve os investimentos preservados em mais de R\$ 60 bilhões.

Segundo o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), parte desses recursos remanejados pode garantir a integridade do programa

Pé-de-Meia. “Os 30% e os 25% são para tudo que for necessário, são para o Pé-de-Meia, que também deve contar com um PLN (Projetos de Lei do Congresso Nacional) para garantir esse orçamento”, disse.

Programas sociais

Um dos entraves no Orçamento foi justamente a falta de recursos para o Pé-de-Meia, programa que oferece incentivo financeiro para que estudantes do ensino médio público concluam a escola. O governo reservou R\$ 1 bilhão para o programa, bem abaixo dos R\$ 13 bilhões estimados para custear-lo ao longo do ano.

O programa foi alvo de suspensão pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que determinou que o governo tem até 120 dias para regularizar essa situação. O relator firmou um acordo com o Executivo para que o restante do valor seja incluído ao longo de 2025, por meio de novos créditos aprovados pelo Congresso.

A negociação também resultou no corte de R\$ 7,7 bilhões do Bolsa Família para subsidiar o programa, redução que mira beneficiários que recebem o incentivo financeiro de maneira irregular. Ao todo, o programa terá um orçamento de R\$ 160 bilhões, uma redução de 5,6% em relação a 2024, quando foram reservados R\$ 169,5 bilhões.

Também foram feitas alterações no valor previsto para o Vale-Gás, que inicialmente foi orçado em R\$ 600 milhões, mas subiu para R\$ 3,6 bilhões depois de um acordo com o governo para estabelecer um montante realista para o programa.

O valor reservado para o programa Farmácia Popular será de R\$ 4,2 bilhões, o mesmo montante que irá para as bolsas da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

A meta fiscal do governo é de deficit zero. Angelo Coronel, porém, prevê superávit de R\$ 15 bilhões, considerando que os precatórios foram retirados do cálculo da meta. Se o governo conseguir cumprir a meta, será a primeira vez desde 2022 que as contas anuais não terminam no vermelho.

Reajuste de polícia do DF fica fora

A recomposição salarial dos agentes de segurança do Distrito Federal, prometida pelo GDF, não está prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para este ano. Em fevereiro, o governador Ibaneis Rocha (MDB) anunciou um reajuste para as polícias Civil e Militar, além do Corpo de Bombeiros. No entanto, o incremento ficou de fora da peça orçamentária aprovada ontem pelo Congresso.

O senador Izalci Lucas (PL-DF) fez um apelo aos parlamentares, afirmando que o texto, da maneira como foi aprovado, limita a correção dos salários dos servidores públicos das áreas da segurança, saúde e educação.

Atualmente, para realizar concursos públicos ou conceder reajustes salariais aos servidores, o governo do DF depende de aprovação do governo federal e do Congresso Nacional, uma vez que é preciso alterar a lei orçamentária federal. Para Izalci, a exigência provoca entraves e prejudica a administração local.

Segundo ele, governadores de estado não precisam pedir autorização federal para realizar um concurso público ou dar um reajuste salarial. “Nenhum governador faz isso. Todos os governadores têm autonomia para cuidar do seu estado”, disse, em entrevista ao *Correio*.

Proposta

O parlamentar é autor de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que prevê reajuste automático do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). O texto determina que o montante passe a ser corrigido anualmente pela variação da RCL (Receita Corrente Líquida) da União.

Ele destacou que o Fundo já possui previsão orçamentária, mas ainda assim o governo local precisa da autorização federal para usá-lo integralmente. “Em função dessa distorção, a gente apresentou uma emenda constitucional, para manter e organizar essa questão, garantindo que o recurso para o GDF seja uma receita corrente líquida”, argumentou.

O senador enfatizou que, desde a Constituição de 1988, o Distrito Federal enfrenta dificuldades para administrar seus próprios recursos. Ele lembrou que, em 2002, o governador precisava recorrer ao Executivo federal para garantir o pagamento de despesas essenciais.

“A PEC 1 de 2025 corrige essa distorção. Temos o pior salário do Brasil por causa desse empurra-empurra entre Executivo e Legislativo. Se já há o repasse definido, não faz sentido pedir autorização ao Palácio do Planalto e ao Congresso”, afirmou. A proposta deve ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). (RG)